

Disputas no Senado podem levar à tramitação simultânea das reformas

César Felício

De Brasília

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), relator da reforma da Previdência na Casa, admitiu ontem que o governo não conseguirá impedir a tramitação simultânea no Senado das reformas previdenciária e tributária, o que poderá complicar a aprovação de ambas, nos moldes desejados pelo Planalto. A meta é aprovar a reforma previdenciária sem mudanças. Já a reforma tributária deverá sofrer modificações profundas no Senado e existe disputa pela função de relator: o PFL reivindica a vaga para Rodolpho Tourinho (BA). Já Viana quer o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) para o posto.

A tramitação simultânea é um complicador porque aumenta o poder de barganha dos setores diretamente envolvidos com as matérias: governadores, empresários e servidores públicos. "Esta situação cria recursos de pressão política para a mudança do texto, intercomunicando a negociação de uma emenda constitucional com a

da outra", disse Viana, ao sair de um encontro com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

Na reforma previdenciária, Viana enfrenta o desgaste de trabalhar pela rejeição das emendas de todos os partidos, inclusive o PT. Suas tentativas de apressar o cronograma ainda não tiveram sucesso. Na semana passada, Viana não conseguiu agendar a audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça com as partes envolvidas, sem a qual ele não pode apresentar seu parecer. Esta semana tentará de novo. Caso consiga, haverá condições para votar a reforma da Previdência no plenário do Senado no dia 8 de outubro.

Nesta data, a reforma tributária, que será modificada profundamente pelos senadores, provavelmente já estará sendo debatida pela CCJ. Como o Senado terá um papel decisivo na definição do texto final, a oposição usa recursos regimentais pra ficar com o cargo de relator. O PFL é a segunda maior bancada da Casa, e, em tese, teria preferência para indicar o relator da reforma tribu-

tária, já que no caso da emenda da Previdência quem exerceu a opção foi a maior bancada, o PMDB, que cedeu a vez para o PT.

"A tradição aqui é que, em matérias de importância para o governo, a relatoria fica com o bloco do governo. Junto com o PMDB somos maioria e nem precisamos formalizar esta situação com a criação de um bloco parlamentar", disse o petista. A opção pelo petebista Fernando Bezerra (RN) é um aceno para o empresariado, que teve pouco espaço para negociar mudanças no texto na Câmara. Bezerro é ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), mas ao mesmo tempo "maduro e confiável" pela ótica do governo, segundo Viana. O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), cuja ligação política com Sarney é total, dará a última palavra sobre a questão da relatoria.

Para conseguir aprovar a reforma previdenciária na data imaginada, Viana terá que se desvincular de um imenso volume de emendas. A estratégia da oposição é forçar o debate da reforma da

Previdência ponto a ponto. "Nossa orientação foi assinar todas as propostas de mudança, sem compromisso com o mérito delas", disse o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM).

O PSDB está patrocinando emendas regionalizando o sub-teto nos Estados, impedindo a reestatização do seguro de acidente de trabalho, criando uma regra de transição para a troca do limite de idade e até mesmo flexibilizando a cobrança de inativos, um item que o partido tentou várias vezes introduzir na legislação durante o governo Fernando Henrique, sem sucesso.

Pela proposta tucana, ficariam isentos da taxação os aposentados e pensionistas com mais de 75 anos e os que estivessem entre 70 e 75 anos, mas portadores de doença incurável. O partido ainda busca elevar a idade compulsória de aposentadoria de 70 para 75 anos. Virgílio acredita em adesões da base governista a estas emendas. "Aqui, o poder de coerção do governo sobre os parlamentares é atenuado", afirmou.